

PLANEJAMENTO, GESTÃO URBANA E OS SEUS DESAFIOS EM ESCALAS NÃO METROPOLITANAS

Iara Soares de França

Doutora em Geografia pela Universidade Federal de Uberlândia

Professora do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Unimontes (MG)

iara.franca@unimontes.br

Resumo

Este artigo analisa os desafios para o planejamento e a gestão urbana em escalas não metropolitanas, isto é, em cidades pequenas e médias. A referência empírica são oito municípios, com população total inferior a 100 mil habitantes e uma cidade média, Montes Claros, que possui aproximadamente 400 mil habitantes, todos na mesorregião Norte do Estado de Minas Gerais. Na perspectiva metodológica, o texto desenvolveu-se por meio de exposição teórica sobre as temáticas cidade, urbanização, planejamento e gestão urbana. Foram realizadas entrevistas com gestores públicos dos municípios, além de observação, realizadas durante pesquisa de campo. Os resultados desse estudo refletem o contexto urbano dos municípios analisados, em suas dinâmicas demográficas, estruturais, econômicas, espaciais e políticas. Assinalam para a reflexão e tomada de decisões políticas sobre o planejamento regional no âmbito das pequenas e médias cidades, reconhecendo-as como espaços concretos, e ainda, em alguns contextos, não raro, ignorados no cenário político e acadêmico.

Palavras-chave: Planejamento; Gestão Urbana; Pequenas Cidades; Cidades Médias; Norte de Minas Gerais.

PLANNING, URBAN MANAGEMENT AND ITS CHALLENGES ON NON-METROPOLITAN SCALES

Abstract

This paper analyzes the challenges for urban planning and management on non-metropolitan scales, in small and medium-sized cities. The empirical reference is eight municipalities, with a total population of less than 100 thousand inhabitants and an medium city, Montes Claros, which has approximately 400 thousand inhabitants, all from the northern mesoregion of the state of Minas Gerais. From the methodological perspective, the text was developed through theoretical analysis on the themes of the city, urbanization, urban planning and management. Interviews were conducted with municipal managers, as well as observation, conducted during field research. The results of this study reflect the urban context of the municipalities analyzed, in their demographic, structural, economic, spatial and political dynamics. They point to reflection and political decision-making about regional planning in the context of small and medium cities, recognizing them as concrete spaces and, in some contexts, often ignored in the political and academic scenario.

Keywords: Planning; Urban management; Small cities; Medium Cities; North of Minas Gerais.

PLANIFICACIÓN, GESTIÓN URBANA Y SUS DESAFÍOS EN ESCALAS NO METROPOLITANAS.

Resumen

Este artículo analiza los desafíos para la planificación y gestión urbanas a escalas no metropolitanas, es decir, en ciudades pequeñas y medianas. La referencia empírica es de ocho municipios, con una población total de menos de 100 mil habitantes y una ciudad mediana, Montes Claros, que tiene aproximadamente 400 mil habitantes, todos ellos en la mesorregión norte del estado de Minas Gerais. Desde una perspectiva metodológica, el texto se desarrolló a través de un análisis teórico sobre los

temas de ciudad, urbanización, planificación y gestión urbanas. Las entrevistas se realizaron con los administradores de la ciudad, además de la observación, realizada durante la investigación de campo. Los resultados de este estudio reflejan el contexto urbano de los municipios analizados, en su dinámica demográfica, estructural, económica, espacial y política. Señalan la reflexión y la toma de decisiones políticas sobre la planificación regional en el ámbito de las ciudades pequeñas y medianas, reconociéndolas como espacios concretos y, en algunos contextos, a menudo ignorados en la escena política y académica.

Palabras clave: Planificación; Gestión urbana; Ciudades pequeñas; Ciudades medianas; Al norte de Minas Gerais.

Introdução

As cidades são um produto social histórico resultantes de ações de agentes diversos com transformações de múltiplas naturezas, intrínsecas ao capitalismo. Na concepção de Corrêa (2005), o espaço da cidade capitalista constitui-se, em um conjunto de diferentes usos da terra justapostos entre si. Tais usos definem áreas como o centro da cidade, local de concentração de atividades comerciais, de serviços e de gestão, áreas industriais, áreas residenciais distintas em termos de forma e conteúdo social, de lazer e, entre outras, aquelas de reserva para futura expansão. A este complexo conjunto de usos da terra, ou organização espacial da cidade, o autor denomina de espaço urbano que é um espaço fragmentado.

Nessa ótica, compreende-se que dado o crescimento urbano e os problemas dele advindos após a Revolução Industrial (século XVIII), deve-se fomentar formas de planejamento e gestão urbana na escala regional. Nesses processos, é fundamental considerar a articulação das cidades em contextos espaciais mais amplos em seus movimentos, fluxos, dinâmicas e interações e, não de maneira isolada.

A esse respeito, Lencione (2017) e Lopes (2017) abordam que a dinâmica urbana contemporânea impulsionada pela globalização e pela urbanização materializa relações nas diversas escalas, sejam elas globais, regionais ou locais. Partindo deste princípio, considera-se as interações espaciais no âmbito regional e o planejamento e a gestão como ferramentas para viabilizar o desenvolvimento de uma região a partir da atuação fundamental dos agentes sociais e políticos.

No Brasil a urbanização se intensificou desde 1960, período em que a população urbana representava 44% no total, e alcançou 84% no ano de 2010. É nesse contexto que Rolnik (2008) aponta que a rápida e intensa urbanização brasileira foi impulsionada pela migração de pobres em um cenário em que o modelo de desenvolvimento urbano excluía a

população de baixa renda das condições básicas de urbanidade e de inserção efetiva a cidade. Tal modelo se demonstrou excludente e concentrador e acarretou problemas de ordem infraestrutural, social, econômica, ambiental e espacial.

Assim, faz-se necessário um eficaz planejamento urbano capaz de ordenar as cidades e, com isso, assegurar a qualidade de vida dos cidadãos. Isso implica o ordenamento do crescimento urbano-industrial e econômico, a implantação de infraestruturas, e, também a provisão por parte do poder público de direitos básicos para a população como saúde, educação, emprego, lazer e transporte.

Sobre esse processo, Rodrigues (2004) afirma que a conquista de uma cidade com justiça social, relações democráticas, empreendimentos, acesso universal aos bens, equipamentos e serviços, representa um grande desafio. Para muitos habitantes das cidades, é restrito o acesso aos bens e serviços, ao uso do espaço público, ao ambiente saudável, à moradia digna, à infraestrutura e aos equipamentos de serviços públicos. Essas reflexões devem ser contextualizadas no cenário dos espaços das cidades e da região aqui analisados: pequenas e média cidades do Norte de Minas no que tange ao planejamento e a gestão urbana.

Geógrafos brasileiros como Milton Santos (2009), Roberto Lobato Corrêa (2011), Beatriz Ribeiro Soares (2007), Angela Maria Endlich (2009), Tânia Maria Fresca (2010), Amorim Filho e Serra (2001) e Maria Encarnação Beltrão Sposito (2007) estão entre os principais estudiosos desse tema na geografia urbana do país, com bases teóricas alicerçadas em diversos campos de abordagem. Suas teorias urbanas e regionais são imprescindíveis para avançar e qualificar a análise das pequenas e médias cidades, debatendo-as e fomentando novos estudos, na perspectiva do planejamento, da gestão urbana e das políticas públicas¹.

As cidades médias se complexificam e se dinamizam em um movimento de interações espaciais que envolvem agentes, capitais, processos e instituições. Na escala da rede e, com isso, a ela associadas, dadas as interações espaciais diversas, tem-se as cidades

¹ Para uma ampla consulta e discussão sobre as cidades pequenas e médias pesquisar esses autores, entre outros. No caso das cidades médias, registra-se também a ReCiMe – Rede de Pesquisadores sobre Cidades Médias que produz um conjunto de pesquisas sistematizadas sobre esses centros urbanos e vem divulgando os resultados desde o ano de 2007. Seu endereço é <http://recime.org>. Não é objetivo desse estudo discutir as teorias que envolvem cidades pequenas e médias, embora reconheçamos essa importância para as linhas de investigação. Para os propósitos desse artigo, trataremos essas noções de maneira geral. Por fim, em uma outra produção referente aos resultados da pesquisa na qual se situa esse texto, há uma exposição teórica sobre pequenas cidades, consultar: FRANÇA, et al. PLANEJAMENTO URBANO E PARTICIPAÇÃO SOCIAL EM PEQUENAS CIDADES. ÁGORA (UNISC. ONLINE), v. 21, p. 119-133, 2019.

pequenas em seus contextos e particularidades. Nesta relação, os processos de planejamento e gestão podem-se configurar no Norte de Minas na perspectiva regional, de forma que os municípios sejam integralizados com vistas à melhoria de qualidade de vida de sua população. Nesse sentido, este artigo objetiva analisar os desafios para o planejamento e a gestão urbana em escalas não metropolitanas, isto é, em cidades pequenas e médias.

A referência empírica, que é o objeto da pesquisa², é o Norte do Estado de Minas Gerais. Foram analisados 08 municípios: Janaúba, Bocaiúva, Grão Mogol, Capitão Enéas, Mirabela, Japonvar, Francisco Dumond e Glauciândia, considerados demograficamente como de pequeno porte, ou seja, possuem até 100 mil habitantes, e, uma cidade média, Montes Claros, que possui aproximadamente 400 mil habitantes, conforme critérios estatísticos estabelecidos pelo IBGE.

Na perspectiva metodológica, o texto desenvolveu-se por meio de análise teórica sobre as temáticas cidade, urbanização, planejamento e gestão urbana inspirada nas perspectivas de Lencione (2017) Rolnik (2008), Corrêa (2005), Rodrigues (2004), Souza (2004), Maricato (2002), Santos (1979), entre outros. É importante registrar a escolha teórica por esses autores, tal qual a relevância de suas pesquisas, sobretudo, por que buscam interpretar o processo de urbanização brasileiro e as transformações urbanas dele decorrentes, desde a segunda metade do século XX e com isso, apontam-se os desafios para o planejamento e a gestão urbana no Brasil. Ademais, as abordagens desenvolvidas por esses expoentes sobre a complexidade da realidade atual são importantes referenciais teóricos e conceituais para a leitura da cidade e do urbano no Brasil de forma generalizante e extensiva. Isto é, abrangendo e lançando luzes para a análise além dos espaços metropolitanos, incluindo as cidades pequenas e médias em suas dinâmicas e especificidades, como será tratado nesse texto.

Um outro procedimento, foi a realização de entrevistas semi-estruturadas aplicadas aos gestores públicos³ dos 8 municípios selecionados na pesquisa, além de observação

² Este texto o resulta da Pesquisa Planejamento Regional e Instrumentos de Gestão Intermunicipal no Norte de Minas Gerais, desenvolvida pelos autores no Laboratório de Estudos Urbanos e Regionais (LAEUR) vinculado ao Departamento de Geociências e ao Mestrado em Geografia/PPGEO da Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES. Apoio financeiro: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais. FAPEMIG (Edital 01/2016 – Demanda Universal, Processo N: CSA –APQ – 02653-16). Os oito municípios analisados compõem um conjunto de 19 municípios que integram a pesquisa em curso. A escolha deste recorte espacial se deve ao fato destes municípios representarem uma diversidade demográfica e socioeconômica da região.

³ As entrevistas foram realizadas nos oito municípios analisados nesse artigo. Em Janaúba e em Bocaiuva foram entrevistados os chefes de gabinete no mês de Dezembro de 2017; em Mirabela entrevistou-se o Secretário de

(durante trabalho de campo em 2019), seguida da sistematização dos dados e análise à luz da teoria urbana.

Planejamento e gestão urbana no Brasil

O planejamento urbano, em seus aspectos institucionais e políticos, é fundamental para garantir a qualidade de vida da população num cenário crescente de desigualdades urbanas decorrente do modo de produção capitalista vigente. Por meio deste instrumento pode-se ordenar, desenvolver, estabelecer diagnósticos e prognósticos com planos, programas e políticas para combater os problemas urbanos sociais, econômicos, estruturais, ambientais e espaciais. Por meio desta atividade se pode prever os problemas buscar as soluções. Quando colocado em prática de forma crítica, o planejamento urbano pode minimizar tais desigualdades, alcançando assim, a função social que o caracteriza na atualidade.

Na concepção de Souza (2008, p.46)

[...] planejar sempre remete ao futuro: planejar significa tentar prever a evolução de um fenômeno ou, para dizê-lo de modo menos comprometido com o pensamento convencional, tentar simular os desdobramentos de um processo, com o objetivo de melhor precaver-se contra prováveis problemas ou, inversamente, com o fito de melhor tirar partido de prováveis benefícios.

Atrrelado ao planejamento tem-se a gestão. Sobre esse par, o autor considera que a finalidade de ambos deve ser o desenvolvimento urbano. Para Herzer et al (1994), a gestão urbana aponta a necessidade de recursos financeiros, humanos, técnicos e de equipamentos onde o governo da cidade deve buscar e articular, por exemplo, através da participação ou busca de soluções.

Desenvolvimento Econômico no mês de Junho de 2028; as demais entrevistas aconteceram em Setembro de 2018, sendo que nos municípios de Grão Mogol e Capitão Enéas foram entrevistados os Secretários de Governo; em Mirabela o Secretário de Desenvolvimento Econômico; em Japonvar o chefe de Gabinete; em Francisco Dumont o assessor do Prefeito e em Glaucilândia o Secretário de Infraestrutura e Planejamento. As entrevistas foram desenvolvidas por meio de questões abertas e semiestruturadas e conduzidas em forma de conversa na sede administrativa dos respectivos municípios, com o objetivo de compreender o conhecimento, a participação e opiniões sobre a institucionalização os processos de planejamento e gestão. Cada entrevistado emitiu uma ou mais respostas para cada pergunta sistematizada nos gráficos. As entrevistas foram gravadas, transcritas e, posteriormente, sistematizadas.

No Brasil, a partir do segundo quartel do século XX, dada a escala alcançada pela urbanização, despontaram-se iniciativas por parte do Estado em função da problemática urbana vigente. Um dos resultados disso foi o nascimento do planejamento e, particularmente, do planejamento urbano, cujos primórdios podem ser situados no Estado Novo. (DEÁK; SCHIFFER, 1999).

Os estudos sobre planejamento urbano no Brasil em seus contextos histórico, conceitos, características, práticas e especificidades são desenvolvidos por importantes pesquisadores, tais como: Monte-Mor (2008, 2014), Souza (2008, 2004), Souza e Rodrigues (2004), Maricato (2002), Villaça (2005, 1999). Para os propósitos desse estudo, o foco teórico é subsidiado pelos temas planejamento e gestão urbana e planejamento urbano regional numa ação conjunta entre municípios.

A Constituição Federal de 1988 consagrou a participação social como premissa para elaboração de política pública e destacou o Plano Diretor como o instrumento principal da gestão urbana brasileira (Política Urbana, Artigos 182-183). Este instrumento foi promulgado em 2001, por meio do Estatuto da Cidade, Lei 10.257 de 2001, que o aponta como o instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana do país.

Abordar o planejamento e a gestão das cidades requer discutir a importância dos governos nesses processos. Herzer et al. (1994, p.18) analisam que os gestores públicos devem enfrentar os diferentes problemas urbanos por meio do planejamento e da gestão.

La gestión urbana vincula los tres tipos de procesos que configuran la ciudad: La gestión se da en torno al mercado, al Estado y a los procesos de reproducción de la población". [...] "La gestión urbana democrática implica un proceso de discusión pública de la ciudad, impulsado desde la iniciativa del gobierno de la ciudad que genera una interacción pública/privada con los diversos actores locales y de otros niveles, capaces de articularse a partir de un interés social compartido.

Rolnik (2008) destaca que foi também a partir da instituição da Política Urbana na Constituição Federal de 1988 que os municípios passaram a ter competência e autonomia local na gestão urbana, consagrando a descentralização. Assim, os municípios, passaram a compor o pacto federativo juntamente com os Estados e o Distrito Federal. No modelo de federação brasileira é atribuído aos municípios as mesmas competências e responsabilidades, desconsiderando, na visão da autora, suas especificidades socioterritoriais e econômicas, além do tamanho populacional. Por outro lado, a receita própria dos municípios é urbana, um equívoco na concepção da autora, pois apenas 10% deles se enquadram nessas características.

Esse cenário aponta um olhar mais cuidadoso sobre o papel dos governos e seu aparato burocrático na busca de soluções juntamente a sociedade para problemas urbanos.

Além de captação de recursos para investimentos no desenvolvimento urbano, os gestores públicos necessitam de equipe técnica para aplicação dos instrumentos urbanísticos e jurídicos no desenvolvimento espacial. Isso envolve um planejamento urbano integrado econômico e territorialmente, sobretudo, nas escalas municipal e federal.

Do ponto de vista democrático, os governantes devem publicizar as suas ações propiciando a participação da população e de seus representantes em todas as etapas do processo de planejamento urbano: discussão, execução e acompanhamento/fiscalização.

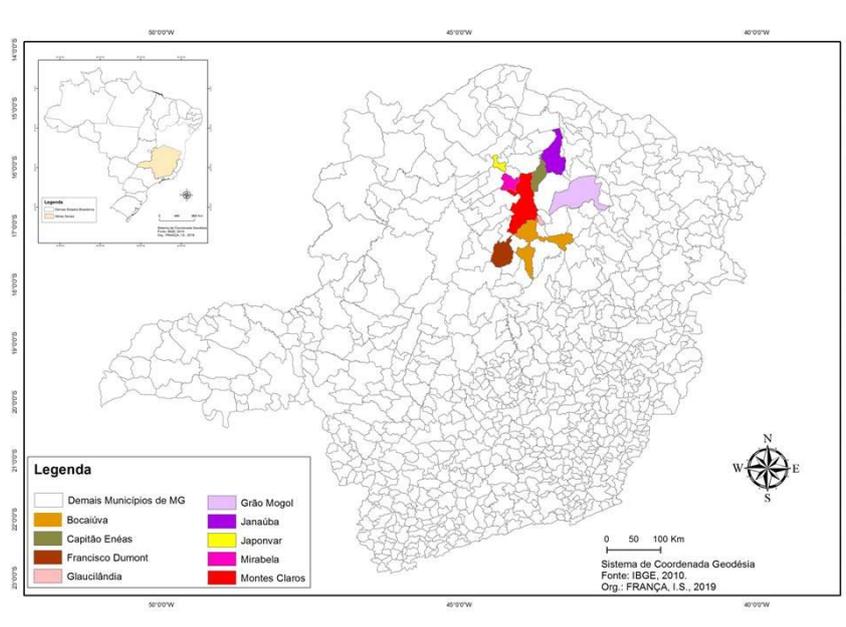
Trata-se de um desafio que deve ser enfrentado visando o desenvolvimento e a melhoria das cidades e, conseqüentemente, dos seus habitantes. Para o desenvolvimento de um planejamento urbano mais justo, Maricato (2002) apresenta algumas propostas, entre elas: criar um debate democrático com a participação ativa dos excluídos e reconhecimento dos conflitos e um Plano de Ação ao invés do Plano Diretor, enfatizando o controle e orientação dos investimentos, criação de um serviço especial de fiscalização do uso e da ocupação do solo, enfoque integrado das ações sociais, ambientais e econômicas e detalhamento de planos executivos, específicos, das prioridades: habitação, transportes públicos e meio ambientes (incluindo saneamento básico e drenagem) e infraestrutura de informação sobre as cidades e a formação de quadros para a gestão urbana.

As proposições da autora evidenciam a necessidade da prática de um planejamento e gestão políticos, críticos a adequados a realidade e singularidades em que se inserem. Compreende-se dessa maneira que o planejamento e a gestão urbana só podem se materializar efetivamente em contextos democráticos, participativos e coletivos com ampla discussão entre poder público e sociedade; para além dos recursos técnicos e das leis e aparatos urbanísticos; numa dimensão da totalidade social, econômica e política, atingindo, inclusive várias escalas espaciais. Do contrário, representariam uma face burocrata, utópica e ilegítima. Estes elementos são fundamentais nesse debate considerando o que se planeja, quem planeja e as suas ações para o futuro.

Considerações sobre os municípios analisados: população, atividades econômicas, especificidades e inserção na rede urbana regional

A Mesorregião do Norte⁴ de Minas Gerais é composta por 89 municípios e possui extensão territorial de aproximadamente 128.602 km², o equivalente a 21,85% do estado de Minas Gerais. Esses centros urbanos relacionam-se predominantemente com Montes Claros. Isto quer dizer que, entre a capital mineira (Metrópole) e Montes Claros (Capital Regional B, REGIC/IBGE, 2007), não há outro município que divida a centralidade com ambas. O Mapa 1 destaca os 8 municípios pesquisados, como referido anteriormente.

Mapa 1 - Localização dos Municípios da Pesquisa



A tabela 1, elaborada de acordo com os dados do IBGE (2010), representa a população de cada município da pesquisa.

Tabela 1 – População estimada [2019] dos Municípios da Pesquisa

Municípios	População
Montes Claros	409.341 hab.
Janaúba	71.648 hab.
Bocaiúva	49.979 hab.
Grão Mogol	15.836 hab.
Capitão Enéas	15.234 hab.

⁴ Na Nova Divisão Urbana Regional do IBGE denominada Regiões Imediatas de Articulação Urbana (2017) há uma mudança na composição dos municípios do Norte de Minas para Região Intermediária de Montes Claros, passando de 89 para 86. Nota-se nessa regionalização alterações de algumas microrregiões para Regiões Imediatas e o contrário também. Bocaiúva e Grão Mogol que eram sede de microrregiões na nova classificação estão inseridas na Região Imediata de Montes Claro. Já São Francisco e Espinosa que não eram microrregiões passaram a ser Regiões Imediatas na nova regionalização do IBGE.

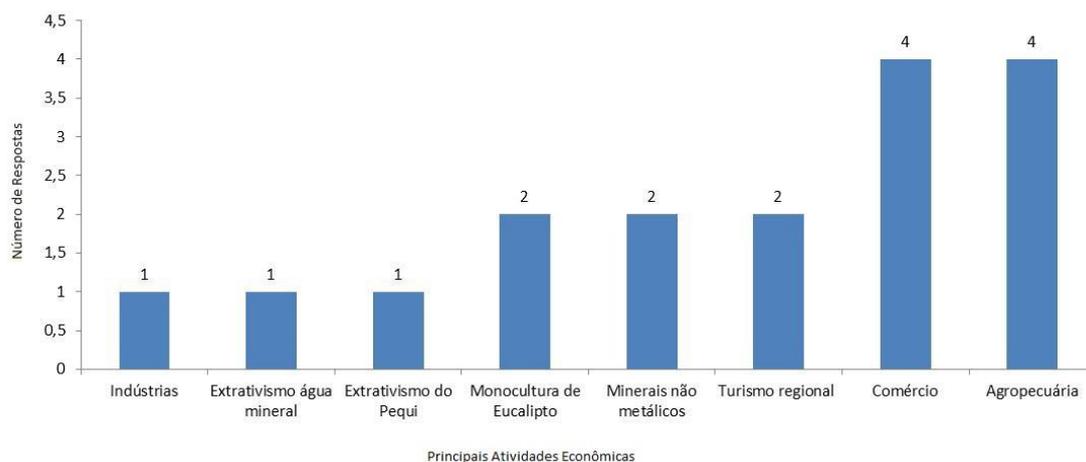
Mirabela	13.589 hab.
Japonvar	8.134 hab.
Francisco Dumont	5.215 hab.
Glaucilândia	3.150 hab.

Fonte: IBGE (2019)

Observa-se que a maior parte dos municípios da pesquisa possui população inferior a 100 mil habitantes⁵. Glaucilândia, Francisco Dumond, Japonvar, Mirabela, Capitão Enéas e Grão Mogol possuem população entre 3 a 15 mil habitantes. Bocaiúva e Janaúba possuem população aproximada entre 50 a 70 mil habitantes. Já a cidade média de Montes Claros⁶ possui uma população estimada de 409.341 habitantes (IBGE, 2019).

Em relação à base produtiva econômica dos municípios, os gestores entrevistados apontaram o setor agropecuário. (Gráfico 1).

Gráfico 1: Principais atividades econômicas do município na visão dos gestores locais



Fonte: Pesquisa de Campo, 2019.

⁵ O Brasil possui 5253 municípios com população inferior a 100 mil habitantes, de acordo com estimativa do IBGE (2018). Isso corresponde a 94% do total de municípios brasileiros. Na estimativa populacional de 2019 o IBGE indicou uma população total de 89.594.036 habitantes nestes municípios, representando cerca de 43% do total brasileiro.

⁶ Estudos realizados sobre a temática cidades médias, dentre eles: Os Limiares Demográficos na Caracterização das Cidades Médias (AMORIM FILHO; RIGOTTI 2002), Cidade média e região: o significado de Montes Claros no Norte de Minas Gerais (PERERA, 2007) e A cidade média e suas centralidades: O exemplo de Montes Claros no Norte de Minas Gerais (FRANÇA, 2007) qualificam Montes Claros como cidade média tendo como pressupostos, dentre outros fatores, a posição geográfica que se encontra no território norte mineiro e a função regional que exerce nesse espaço. O município de Montes Claros ocupa uma área de 3.568,941 km. Montes Claros exerce centralidade no Norte, Noroeste e Nordeste de Minas, além do Sudoeste da Bahia. Importante centro industrial, comercial e de serviços. Destaca-se, também, como referência regional em educação superior e tecnológica, bem como de saúde de alta complexidade.

Isto demonstra uma produção de riqueza cuja dinâmica resulta do próprio processo histórico econômico no Norte de Minas Gerais (Gráfico 1) e também do Brasil.

O processo de ocupação e de povoamento das cidades pesquisadas nos séculos XIX e XX foi marcado por particularidades, principalmente pela instalação de fazendas de criação de gado e/ou lavouras por bandeirantes, por serem pontos de apoio em rotas de tropeiros, boiadeiros ou bandeirantes à procura de pedras preciosas. As fazendas de criação de gados que, por sua vez, associavam-se às práticas agrícolas, eram características de Patis, Claro dos Poções e Capitão Enéas. São João da Lagoa era ponto de apoio de tropeiros que viajavam em direção a Montes Claros. Mirabela também foi ponto de apoio de tropeiros entre Montes Claros e Januária. Glaucilândia e Juramento eram rotas de bandeirantes em direção a Diamantina, em busca de pedras preciosas. Francisco Sá caracterizava-se com fazendas de lavouras. Já São João da Ponte teve seu processo de formação vinculado à formação religiosa, ou seja, o povoado originou-se de uma casa no córrego Salobo, em função de uma imagem de São João Batista que teria sido encontrada ali. Coração de Jesus originou-se de fazenda criada por bandeirantes paulistas. Bocaiúva surgiu de fazendas de pecuárias vinculadas às bandeiras paulistas, assim como Montes Claros. (FRANÇA, 2012; OLIVEIRA, 2000, ARRUDA, 2006; COSTA, 1997).

Na tabela 2 pode-se observar a composição do Produto Interno Bruto Municipal (PIB-M), referente ao ano de 2016. O Valor Adicionado Bruto (VAB) indica o peso de setores econômicos na estrutura do PIB-M. No caso dos municípios com menor população total como Francisco Dumont, Glaucilândia, Japonvar e Mirabela, destaca-se o VAB referente a Administração Pública, demonstrando a importância dos órgãos públicos instalados no município na circulação de renda. Capitão Enéas é o único, entre os municípios pesquisados em que o VAB da Indústria tem maior importância relativa. Já Francisco Dumont tem no VAB da Agricultura o maior peso relativo entre os municípios pesquisados. Isso revela que, embora estejam todos localizados em uma mesma Mesorregião, há uma diversidade de contextos econômicos locais.

Tabela 2 - Produto Interno Bruto/PIB: Participação (Valor Adicionado Bruto) VAB por Setor em relação ao VAB Total, 2016.

Unidade Territorial	VAB Agro	VAB Ind.	VAB. Serv.	VAB. Adm. Pub.	VAB TOTAL
Brasil	5,66%	21,23%	55,66%	17,45%	100%
Minas Gerais	6,94%	24,75%	50,72%	17,58%	100%
Bocaiúva (MG)	10,56%	19,06%	41,46%	28,92%	100%
Capitão Enéas (MG)	10,75%	32,82%	29,98%	26,44%	100%
Francisco Dumont (MG)	20,21%	4,70%	26,91%	48,18%	100%
Glaucilândia (MG)	10,30%	6,14%	23,39%	60,16%	100%
Grão Mogol (MG)	11,81%	49,73%	14,49%	23,96%	100%
Janaúba (MG)	6,18%	12,46%	53,28%	28,08%	100%
Japonvar (MG)	8,45%	3,66%	27,55%	60,34%	100%
Mirabela (MG)	9,29%	4,57%	34,66%	51,49%	100%

Fonte: IBGE – Produto Interno Bruto Municipal, 2016.

Outras atividades apontadas pelos gestores referem-se à participação de atividades não agrícolas ou setores urbanos, isto é, comércio e indústria, na produção econômica municipal. Das atividades terciárias presentes têm-se os segmentos de comércio, administração, educação e saúde. A atividade industrial é frágil nos municípios analisados.

O caráter do perfil produtivo dos municípios conforme os seus gestores, impulsiona o entendimento das funções que desenvolvem na dinâmica econômica e na articulação com a rede urbana regional. Isto é: Quais papéis desempenham na divisão social do trabalho e na rede urbana regional? Como isso acarreta processos nas escalas locais de urbanização e das interações espaciais?

Corrêa (1997, p. 279) aponta as interações espaciais nos estudos sobre rede urbana destacando que

[...] as interações espaciais constituem um amplo e complexo conjunto de deslocamentos de pessoas, mercadorias, capital e informação sobre o espaço geográfico. Podem apresentar maior ou menor intensidade, variar segundo a frequência de ocorrência e, conforme a distância e direção caracterizarem-se por diversos propósitos e se realizar através de diversos meios e velocidade.

Tendo em vista essas reflexões, para o mesmo autor a rede urbana constitui-se simultaneamente um reflexo e uma condição para a divisão social do trabalho. (CORRÊA, 1989) No Brasil, estudos realizados pelo IBGE, por exemplo a REGIC (2007), demonstram que a maior parte dos pequenos municípios brasileiros respondem por funções básicas da

população e, que as mais complexas são viabilizadas pelos centros urbanos com funções de maior complexidade.

Nesta conjuntura, tem-se a rede urbana norte mineira⁷. Montes Claros integrada com Januária, Pirapora e Janaúba se materializam como fortes centralidades no Norte de Minas Gerais, configurando a rede urbana regional. Os meios de transportes rodoviário, ferroviário e aéreo no Norte de Minas são eixos articuladores da rede urbana regional.

Os pequenos municípios analisados nesta pesquisa estão localizados no entorno de Montes Claros, onde complementam seu consumo. São cidades com fraco nível de centralidade ou centralidade reduzida com ofertas de bens e serviços que atendem sua população e adjacências. Assim, as interações espaciais e as relações de produção e consumo mais complexas são realizadas em Montes Claros.

É por isso que o planejamento e a gestão urbana no Norte de Minas devem se alicerçar na escala da região de forma que os municípios sejam integralizados com vistas à melhoria da qualidade de vida de sua população, com o atendimento das suas necessidades de trabalho, estudo, consumo em comércios e prestação de serviços e lazer, entre outros elementos.

Diagnóstico das interações espaciais, problemas e desafios: o planejamento urbano e regional como instrumento.

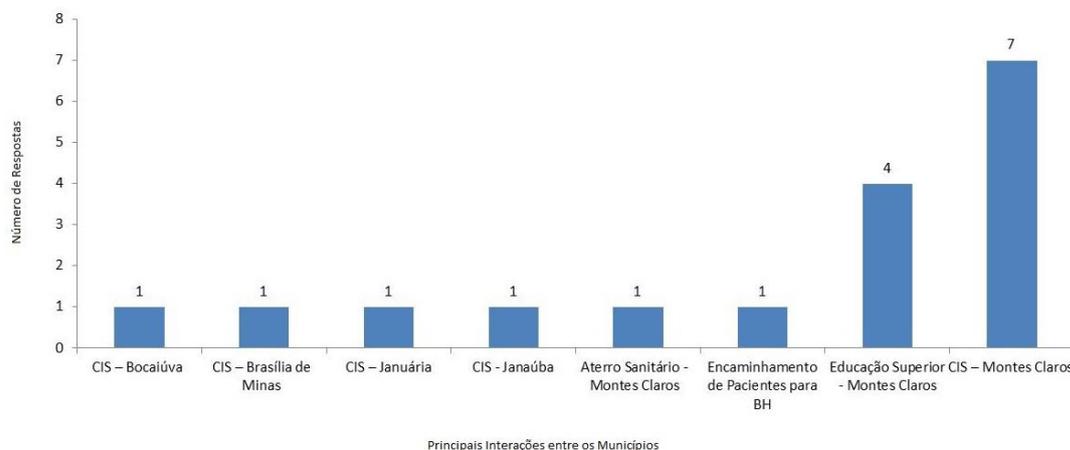
Tomando por referência os municípios dessa pesquisa, os entrevistados apontaram que é através do setor de saúde que as interações são mais fortes, por meio dos Consórcios Intermunicipais de Saúde- CIS e, com Montes Claros⁸. (Gráfico 2). Esta cidade média é referência no referido setor e isto reforça sua centralidade na região Norte de Minas como um todo, em função da infraestrutura já construída⁹.

⁷ Para mais detalhes sobre a Rede Urbana Norte Mineira, consultar França (ANPUR, 2012).

⁸ O somatório das respostas dos gestores ultrapassam 100% porque as perguntas permitiam mais de uma resposta.

⁹ Montes Claros oferece a mais diversificada e complexa infraestrutura dos serviços de saúde na região Norte de Minas, para mais detalhes sobre essa centralidade, consultar FRANÇA, SOARES, 2012.

Gráfico 2: Principais Interações entre os municípios na visão dos entrevistados



Fonte: Pesquisa de Campo, 2019.

Devem ser destacadas também as interações para os municípios de Brasília de Minas, Bocaiuva e Januária em função do CIS, e, ainda, o consumo de saúde especializada na capital mineira, Belo Horizonte.

Nesses termos, contextualiza-se a Teoria de Santos (1979) sobre os dois circuitos da economia urbana para explicar a urbanização nos países subdesenvolvidos, a partir dos processos de produção, circulação, consumo e distribuição. Com base no autor, no que tange ao consumo, uma cidade de maior complexidade atende as demandas da população que reside numa localidade com fracas funções urbanas, numa relação de interdependência entre ambas. Isso demonstra também a divisão territorial do trabalho.

No Norte de Minas, os consumidores que requerem produtos, equipamentos e serviços diversificados e especializados, entre outros, dirigem-se principalmente para Montes Claros ou Belo Horizonte. Todavia, a complementaridade entre os dois circuitos através das relações espaciais diversas devem ser induzidas apontando a necessidade do planejamento regional.

Outro serviço fundamental para as interações espaciais, mencionado pelos entrevistados, refere-se ao Ensino Superior. O serviço de educação superior se destaca em Montes Claros, constituindo um dos principais atrativos que intensificam as relações interurbanas regionais, com convergência diária de fluxos populacionais de pequenos municípios da região norte-mineira. Ademais, tem-se a dinamização da economia.

É importante ressaltar que a atração exercida por Montes Claros, no Norte de Minas, bem como outras regiões do Estado e até mesmo em outras unidades da federação,

no que se refere ao serviço de educação superior, é decorrente da infraestrutura que a cidade dispõe neste setor. O município conta com instituições de ensino superior, destacando o Instituto Federal do Norte de Minas Gerais/IFNMG, a Universidade Federal de Minas Gerais/UFMG e a Universidade Estadual de Montes Claros/UNIMONTES, além da rede privada.

A presença de serviços especializados como saúde e educação superior como aqui ilustrado, é fundamental para o atendimento da população rural e urbana dos municípios. Para o consumo desses serviços devem ser considerados os deslocamentos da população como um meio de interação espacial muito freqüente causando intensas mudanças tanto no espaço intraurbano como interurbano dos municípios. Além de Montes Claros, Janaúba, Pirapora, Januária, Salinas e Bocaiuva são sedes de microrregião, estendem sua centralidade em um território vasto e importante para a população que acessa tais serviços.

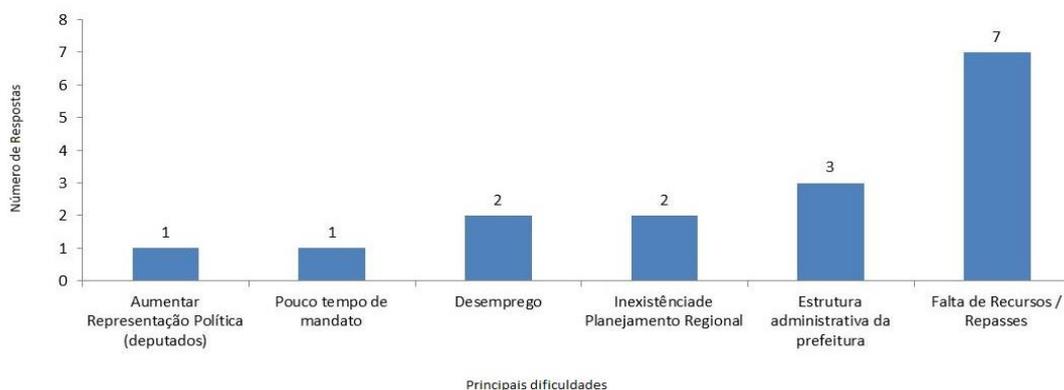
Isso sinaliza a necessidade do planejamento além da escala municipal, considerando as peculiaridades da região Norte de Minas, demandando uma reflexão sobre o crescimento planejado, equitativo e sustentável.

Conforme Lacerda (2013) o planejamento urbano e regional é um campo, onde o conhecimento do seu objeto de intervenção, isto é, o espaço urbano e regional, depende de uma soma de saberes e métodos, aportados por profissionais de diferentes disciplinas e/ou práticas. O resultado, em geral, disso consiste nos processos de elaboração de Planos Diretores Municipais ou Planos Regionais de Desenvolvimento.

Como já sinalizado na primeira parte desse artigo, problemas diversos marcam a origem e o crescimento das cidades brasileiras de maneira geral, expressando contradições do processo de urbanização do país, o que denota um Brasil urbano com realidades bastante díspares.

Para os entrevistados há desafios para a gestão nos pequenos municípios de diversas naturezas: falta de recursos e grave situação financeira, desemprego, oferta de serviços públicos, fragilidade administrativa. (Gráfico 3).

Gráfico 3: Principais dificuldades enfrentadas na visão do gestor municipal



Fonte: Pesquisa de Campo, 2019.

As respostas manifestadas pelos entrevistados revelam a identificação de problemas e carências convergentes no conjunto dos municípios. Toma relevo a preocupação dos entrevistados com a falta de recursos financeiros para gerirem. Isso revela a necessidade do planejamento no âmbito político também.

Nesse quadro Rolnik (2008, p.1) elucida que a grande maioria dos 5564 municípios do país apresenta estruturas administrativas “pouco preparadas e/ou poucos recursos humanos, financeiros e operacionais para operá-los.” Além do mais, comumente tem pouco acesso às fontes de recursos proveniente dos governos estaduais e federais ou financiamentos via bancos públicos para investir em melhorias urbanísticas ou instrucionais. Isto inclui até mesmo “aquelas destinadas para a melhoria da capacidade de gestão municipal” (idem, p.1), juntamente com a baixa captação das fontes de receita própria, aumentando, conseqüentemente, a dependência de recursos das esferas estadual e federal. Nesses termos, a autora acrescenta que a carência de uma estrutura mínima de gestão é um dos pontos mais importantes para compreender o porquê das cidades crescerem de forma desordenada e caótica, a esse processo a autora citada denomina de “o círculo vicioso da precariedade”.

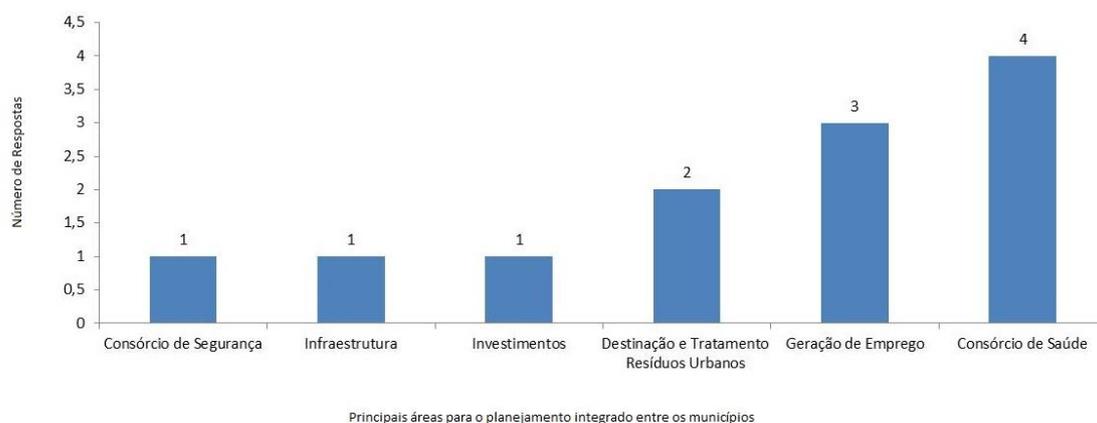
Com base nessas reflexões, entende-se que o planejamento e a gestão, quer seja na escala local ou regional, envolvem muitas questões. Por um lado, os problemas urbanos que crescem e se complexificam de acordo com cada realidade socioespacial. Por outro, os desafios em relação aos recursos, as estruturas, os instrumentos e as políticas que saltam da dimensão espacial local.

Isso demonstra a realidade dos pequenos municípios no Brasil e seus desafios no século XXI. Endlich (2006, p.9) ao se referir as pequenas cidades no atual quadro urbano brasileiro, apontando o planejamento e a gestão, explicita que:

Estas localidades abrigam significativa parte da população brasileira e constituem numerosos pontos de suporte territorial para todo o país. Devem, portanto, constar das pautas acadêmicas e políticas como parte da totalidade, pois constituem expressivas dimensões espaciais da vida social e, por conseguinte, do planejamento e da gestão.

Os entrevistados foram questionados a respeito do planejamento integrado e apontaram as principais áreas. (Gráfico 4).

Gráfico 4: Principais áreas para planejamento integrado entre os municípios, na visão dos gestores locais



Fonte: Pesquisa de Campo, 2019.

As respostas obtidas revelam que a falta de emprego se coloca como um dos mais graves problemas das pequenas cidades, além da deficiência dos serviços de saúde, a precária infraestrutura urbana, e, a falta de investimentos.

A questão da saúde nas pequenas cidades é complexa, tendo em vista a carência dos equipamentos e de profissionais para atender, sobretudo, as demandas de média e alta complexidade. Por isso, seus habitantes percorrem distâncias para o atendimento em centros regionais mais equipados.

Isso sinaliza no contexto regional a adoção de medidas e políticas econômicas e estruturais que amenizem a questão urbana. É necessário fomentar a criação de articulações intermunicipais como os consórcios, associações e agências, fóruns, redes, câmaras

intermunicipais, que auxiliem na solução de problemas comuns com cooperação e responsabilidades numa ação conjunta entre os municípios.

A globalização e a reestruturação econômica mundial vigentes acarretam desdobramentos para a urbanização brasileira atual (SANTOS, SILVEIRA, 2001). Essas novas dinâmicas impõem uma nova concepção de planejamento e gestão territorial integrados. A espacialidade se redefine e o planejamento é fomentado para além do âmbito local, integrando cada vez mais metrópoles e cidades médias às esferas locais, isto é, às pequenas cidades. Desse modo, essa complexidade da realidade atual, indubitavelmente, se desdobra nos diversos espaços por meio de dinâmicas e processos de produção econômica, social, político e espacial, entre outros. Daí, situar os espaços não metropolitanos, o recorte espacial considerado nesse texto.

Lencione (2017) acrescenta que no cenário regional emerge a necessidade do planejamento que estabeleça diretrizes e políticas de ação compartilhada entre municípios ou gestores. Tais elementos fundamentam a proposta de institucionalização das Regiões Metropolitanas-RMs¹⁰, entre outras unidades de ordenamento territorial, que são meios de regionalizações estabelecidos com o propósito de integrar e desenvolver uma região de forma equitativa, viabilizando o acesso à recursos federais e o planejamento integrado. Este debate reflete muito a dinâmica de redes e a integração urbana regional contemporânea.

Partindo dessa premissa e considerando as interações espaciais que Montes Claros realiza historicamente com os municípios vizinhos e, ainda para examinar o Norte de Minas nesse cenário, tem-se o Projeto de Lei Complementar (PLC 11/2015) que dispõe sobre a instituição e composição da Região Metropolitana¹¹ de Montes Claros/RMMOC. Conforme disposto no documento, o intuito da regionalização é o desenvolvimento de forma planejada e homogênea, que visa minimizar as desigualdades regionais e a execução e planejamento de programas e políticas dirigidas ao desenvolvimento geoeconômico e social da região.

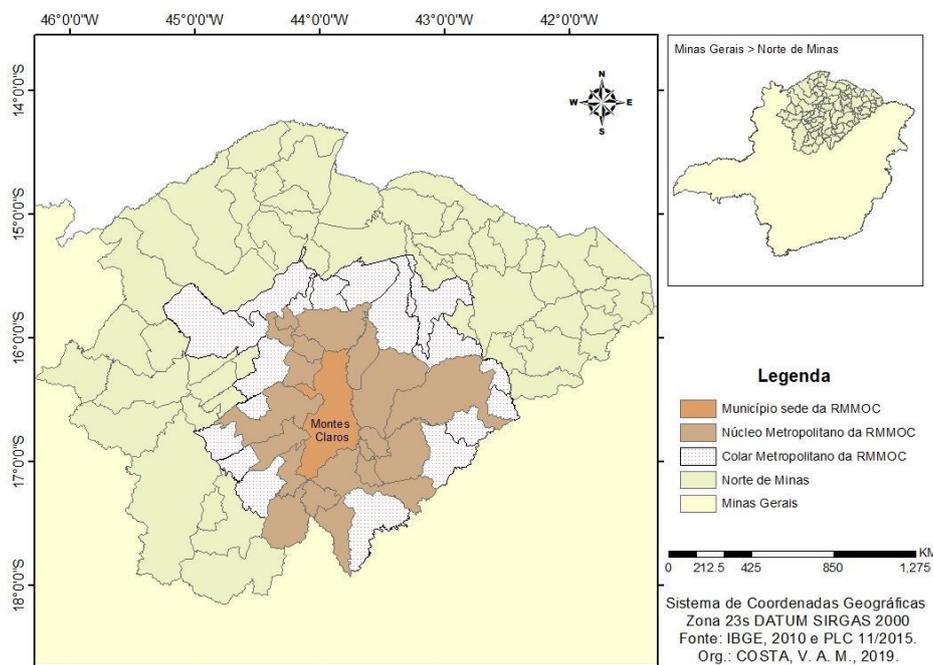
No que se refere à composição (Mapa 02), a proposta da RMMOC, institui a cidade média de Montes Claros como sede, e os municípios de São João da Ponte, Capitão Enéas, Francisco Sá, Grão Mogol, Juramento, Glaucilândia, Itacambira, Guaraciama,

¹⁰ Sobre Região Metropolitanas em Cidades Médias, o leitor pode consultar, Miranda (2018) e Costa e França (2019)

¹¹ Destacam-se que existem na mesorregião Norte de Minas os Consórcios Intermunicipais de Saúde/CIS Saúde, as Associação Intermunicipais, por exemplo, a Associação dos Municípios da Área Mineira da SUDENE/AMAMS e Agência de Desenvolvimento do Norte de Minas/ADENOR, além de Fóruns Regionais.

Bocaiuva, Engenheiro Navarro, Francisco Dumont, Claro dos Poções, São João da Lagoa, Coração de Jesus, Mirabela, Patis, Japonvar e Lontra como núcleo metropolitano. Já o colar metropolitano é integrado pelos municípios do entorno, que sejam atingidos pelo processo, sendo eles; Varzelândia, Verdelândia, Riacho dos Machados, Porteirinha, Nova Porteirinha, Janaúba, Padre Carvalho, Josenópolis, Cristália, Botumirim, Olhos d'Água, Jequitaiá, Lagoa dos Patos, Ibiaí, São João do Pacuí, Brasília de Minas, São Francisco, Pedras de Maria da Cruz e Ibiracatu.

Mapa 2: Municípios Integrantes da RMMOC

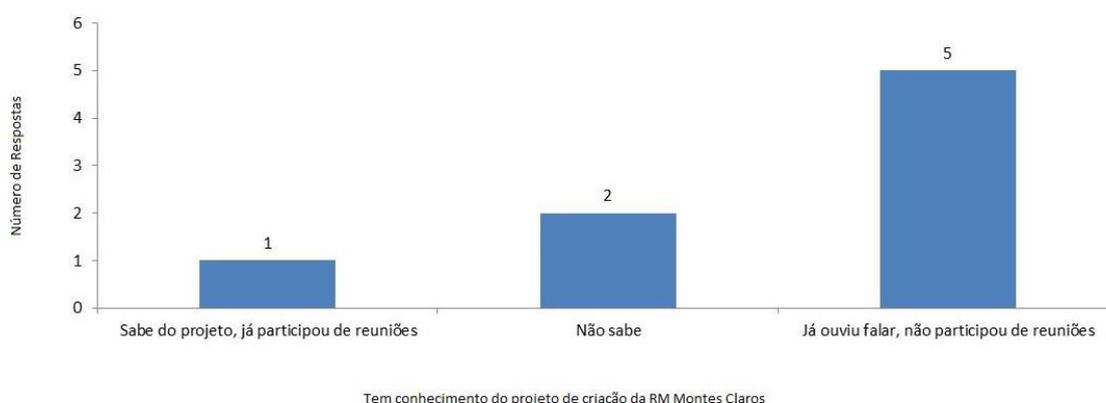


O conteúdo de destaque que vem imbuído nas discussões das RMs se refere ao planejamento e as funções públicas de interesse comum. Neste sentido, a proposta da RMMOC ressalta o provimento de insumos ou melhoria em áreas distintas que implicam na qualidade de vida social, tais como; transporte intermunicipal - integração da tarifa, o sistema viário de âmbito metropolitano, segurança pública, saneamento básico, uso do solo metropolitano sem que haja prejuízos e conflitos, preservação e proteção do meio ambiente, aproveitamento dos recursos hídricos, habitação, avaliação do potencial produtivo de cada município e direcionamento da produção, incentivo ao cooperativismo e instalação de empresas para contribuir ao desenvolvimento econômico da região,

fortalecimento da rede de ensino básico e superior, para melhorar a potencialidade e a produtividade de instituições de pesquisa e desenvolvimento tecnológico.

Abordados sobre a proposta de criação da RMMOC, os entrevistados dessa pesquisa, em sua maioria, responderam “já ouviu falar”, mas não sabem detalhes da mesma e não participaram de discussões a respeito¹². (Gráfico 5).

Gráfico 5: Sobre o Projeto de Criação da Região Metropolitana de Montes Claros



Fonte: Pesquisa de Campo, 2019.

Esse projeto pode ser analisado sob duas perspectivas: Uma delas consiste na importância das cidades médias no contexto das redes urbanas em que se inserem e, também pelo novo papel que ali adquire, como elo do planejamento regional. Estas cidades possuem altos patamares de crescimento e infraestrutura e, em razão disso, a elas se direcionam fluxos diversos de pessoas para consumos especializados, mercadorias, investimentos e capitais com interações diversas.

Nesses termos, as cidades médias exercem um protagonismo pois:

Las ciudades de talla media y rol intermediario, como todo tipo de asentamiento humano, necesitan de contextualización, pues aquellas variables generalmente utilizadas en su definición (tamaño de la población y la funciones de intermediación) están referidas a un territorio concreto,

¹² Nas entrevistas constatou-se o pouco conhecimento sobre o PL 11/2015/RMMOC, demonstra a baixa participação de partes integrantes ao projeto. Considerando esse desconhecimento e o fato do mesmo ser ainda um projeto, revela intenções de ação política e pode não ser aprovado. Esses elementos precisam ser considerados, pois o planejamento envolve tanto a esfera política quanto a técnica.

a un sistema territorial con el interactuán con frecuencia. (BELLET; LLOP, 2001, p. 32).

Ainda sobre o papel estratégico das cidades médias, Herzer et al (1994) enfatiza que estas são, de modo geral, cidades “cabeçalhos” (de departamento, região, estado ou província), isto é, centros urbanos regionais onde predomina o papel econômico e infraestrutural. Assim, possuem importante papel na estruturação do espaço regional e a capacidade de atração de investimentos públicos e privados.

E as pequenas cidades? Santos (1982) trata as pequenas cidades como cidades locais em diversos níveis, o que revela a sua diversidade no Brasil. Possuem uma dimensão populacional mínima com a função de servir as necessidades inadiáveis da população num processo de especialização do espaço. Há cidades locais que se inserem no contexto atual dos avanços tecnológicos e das transformações que as impactam. Estas pequenas cidades não possuem uma dinâmica econômica e centralidade expressivas, não podendo com isso, atender sua população com a oferta de bens e serviços diversos.

Em outras palavras, quando inseridas em regiões metropolitanas ou eixos dinâmicos podem ter sua centralidade fomentada ou dinamizada, além de incrementar seus papéis econômicos, atração de emprego, drenagem de investimentos diversos, impactando sua inserção na rede urbana. No entanto, estes processos podem também desestruturá-las causando problemas típicos das periferias metropolitanas do Brasil, num processo de contradição e ampliação das desigualdades frente à centralidade da cidade primaz. Diante dessa problemática, há que se desenvolverem políticas onde o crescimento da cidade núcleo corresponda ao crescimento de todos os municípios numa totalidade.

Positivamente, a regionalização metropolitana trata do planejamento urbano no âmbito regional e dispõe de instrumentos e propostas que visam o desenvolvimento e a criação de conselhos, agências e políticas públicas que incidiriam no Norte de Minas, diretamente nas demandas dos municípios que integram esta região e, portanto, na qualidade de vida de sua população. Assim, a RMMOC poderia se concretizar como um importante instrumento de planejamento regional nessa escala de análise.

Considerações finais

Este estudo se mostra como um diagnóstico das pequenas cidades do Norte de Minas, seus contextos, problemas, perspectivas e desafios, de acordo com os gestores

políticos ou seus representantes. Denota ainda as interações diversas processadas entre os municípios analisados e a cidade média de Montes Claros. Para o desenvolvimento do estudo, os entrevistados foram indagados sobre: as principais atividades econômicas dos municípios; áreas de interação intermunicipal; dificuldades para gerir; áreas potenciais para a gestão no âmbito regional e o PL 11/2015/RMMOC.

O conjunto de municípios analisados nesse artigo, com exceção da cidade média de Montes Claros, se insere no universo de municípios brasileiros classificados, pela definição do IBGE, como de pequeno porte, pois possuem até 100 mil habitantes considerando o caráter estatístico.

Tal como a realidade nacional, para os entrevistados, os municípios analisados têm sua economia voltada, predominantemente, para a produção agropecuária e um conjunto menor de outras atividades, o que delimita o seu papel na divisão social e territorial do trabalho.

Com base nas entrevistas realizadas verificou-se uma forte interação dos municípios pesquisados, principalmente, com a cidade média de Montes Claros, em serviços especializados como a saúde. Em relação aos desafios para gerir, apontaram a falta de recursos e grave situação financeira, o problema do desemprego, a oferta de serviços públicos, a fragilidade administrativa e a infraestrutura urbana. Quando indagados sobre áreas potenciais para o planejamento na região, destacaram ações e políticas para a geração de emprego, investimentos, infraestrutura, consórcios, entre outras. A respeito do PL 11/2015/RMMOC, a maioria demonstrou desconhecê-lo, não participando de nenhum debate a respeito.

Diante dessa realidade, como desenvolver o planejamento urbano e regional com vistas à melhoria da qualidade de vida da população? Como fomentar o dinamismo econômico, a centralidade e articular os pequenos municípios do Norte de Minas em sistemas urbanos não mais de forma subordinada, mas cooperativa, assegurando suas singularidades econômicas e socioespaciais?

A análise desses centros urbanos pode produzir possibilidades de intervenção para alterar os seus papéis econômicos até então restritos na região. Endlich (2006) avalia que ações no âmbito do planejamento e da gestão urbana regional são imprescindíveis. A adoção de uma política de desconcentração econômica emerge como uma importante medida, não somente para aliviar a pressão por infraestrutura e serviços públicos, tanto do setor

produtivo, quanto por parte da população, mas principalmente para melhor aproveitar a potencialidade produtiva dos pequenos municípios.

Outro aspecto fundamental refere-se ao desenvolvimento das funções articuladas entre os municípios por meios dos setores de comércio (atacadistas e varejistas), prestação de serviços (saúde, educação, bancos), transportes, entre outros segmentos. Tal ação viabilizaria a integração das cidades na rede urbana, fomentando os processos de produção, distribuição, circulação, consumo e, com isso, o seu dinamismo. O PLC 11/2015 que dispõe sobre a instituição da Região Metropolitana de Montes Claros/RMMOC, entre outras ações, pode se concretizar como uma possibilidade para o Norte de Minas.

Nos processos de gestão, os governos devem enfrentar as crises econômicas que passam os municípios, por razões técnicas e éticas, com políticas, planos, programas, investimentos, recursos e autonomia. É necessário um planejamento do território em sua totalidade onde o poder público atue de forma democrática, transparente e possibilite a participação da sociedade na política, nos planos e nas práticas. Isso se materializaria com instrumentos urbanísticos para subsidiar as políticas urbanas.

Os geógrafos, pesquisadores das ciências humanas e sociais, devem eleger os espaços não metropolitanos e os processos de planejamento e gestão a eles atinentes como objeto de estudo, integrados numa realidade urbana como totalidade, e, com isso, ter-se-ia um avanço teórico em relação a compreensão dessas realidades.

Agradecimentos

Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)
Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais – FAPEMIG.
Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado da Paraíba (FAPESQ) Termo de Concessão no. 0013/2019.

Referências

- AMORIM FILHO, O. B.; RIGOTTI, J. I. R., CAMPOS, J. Os níveis hierárquicos das cidades médias de Minas Gerais. **Revista RA'E GA**. Curitiba, n. 13. Editora: UFPR, 2007. p. 7-18.
- AMORIM FILHO, O. B.; SERRA, R. V. Evolução e perspectivas do papel das cidades médias no planejamento urbano e regional. In: ANDRADE, Thompson Almeida; SERRA, Rodrigo Valente. (Org). **Cidades médias brasileiras**. Rio de Janeiro: IPEA, 2001, p.1-34.
- ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE MINAS GERAIS. **PCL 11-2015**. Disponível em:

https://www.almg.gov.br/atividade_parlamentar/tramitacao_projetos/interna.html?a=2015&n=11&t=PLC. Acesso em Abril de 2018.

ARRUDA, W. História da praça. **Revista Tempo**. Montes Claros, Ano IV, n. 24,. jun. 2006. p. 12-14.

BELLET, C.; LLOP, J. M.. **Ciudades Intermedias**. Perfiles y Pautas , Lleda, 2001.

BRASIL. Presidência da República. **Lei 10.257**, de 10 de julho de 2001. 2001. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/Leis/LEIS_2001/L10257.htm>.

BRASIL. Presidência da República. **Constituição Federal do Brasil de 1988**. Capítulo 2. Da Política Urbana (Artigos 182 e 183). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>.

BRASIL. Presidência da República. **Lei 10.257**, de 10 de julho de 2001. 2001. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/Leis/LEIS_2001/L10257.htm>.

CORRÊA, R. L. AS PEQUENAS CIDADES NA CONFLUÊNCIA DO URBANO E DO RURAL. **Revista GEOUSP - Espaço e Tempo**, São Paulo, Nº 30, p. 05 - 12, 2011.

CORRÊA, R. L. **O Espaço Urbano**. 4ª ed. São Paulo: Editora Ática, 2005.

CORRÊA, R. L. Interações espaciais. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Org.). **Explorações geográficas**. 3 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. p. 279-318.

CORRÊA, R. L. Rede urbana. São Paulo: Ática, 1989. COSTA, J. B. de A. Cultura sertaneja: a conjugação de lojas diferenciadas. In: SANTOS, G. R.(Org.). **Trabalho, Cultura e Sociedade no Norte/Nordeste de Minas**: Considerações a partir das Ciências Sociais. Montes Claros: Best Comunicação e Marketing, 1997.

COSTA, V. A. M. ; FRANÇA, I. S. **Região Metropolitana em Cidades Médias no Brasil**. São Paulo: XII ENANPEGE, 2 a 7 set. 2019. p. 1-17.

DÉAK, C.; SCHIEFFER, S. R. **O processo de urbanização no Brasil**. São Paulo, SP: Edusp/Fupam, 1999.

ENDLICH, A. M. **Pensando os papéis e significados das pequenas cidades no noroeste do Paraná**. 2006. 505 f. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente, 2006.

ENDLICH, A. M. **Pensando os papéis e significados das pequenas cidades do Noroeste do Paraná**. São Paulo: Ed. UNESP, 2009.

FRANÇA, I. S.; COSTA, V. A. M. ; FONSECA, M. A. . Planejamento urbano e participação social em pequenas cidades. **ÁGORA** (UNISC. ONLINE), v. 21, p. 119-133, 2019.

FRANÇA, I. S.; COSTA, V. A. M. . Metropolização, Interações Espaciais e a Proposta de Criação da Região Metropolitana de Montes Claros-MG. **OKARA : GEOGRAFIA EM DEBATE** (UFPB), v. 1, p. 538-560, 2019.

FRANÇA, I. S. **Aglomeração urbana descontínua de Montes Claros/MG: novas configurações socioespaciais**. 2012.393f Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia: UFU, 2012.

FRANÇA, I. S.; SOARES, B. R. Rede urbana regional, cidades médias e centralidades: estudo de Montes Claros e dos centros emergentes de Pirapora, Janaúba e Januária no Norte de Minas Gerais. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais** (ANPUR), 2012.

FRANÇA, I. S., et al. Cidade média, polarização regional e setor de educação superior: estudo de Montes Claros no Norte de Minas Gerais. **Revista Formação**. Universidade Paulista. UNESP/Presidente Prudente, 2009.

FRANÇA, I, S. **A cidade média e suas centralidades: O exemplo de Montes Claros no Norte de Minas Gerais**. (Dissertação Mestrado em Geografia) – Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, 2007.

FRESCA, T. M. Centros locais e pequenas cidades: diferenças necessárias. **Revista Mercator**, número especial, p. 75-81, dez. 2010.

HERZER, H.; PÍREZ, P.; RODRÍGUEZ, C. **Modelo teórico-conceptual para la gestión urbana en ciudades medianas de América Latina**. 1994.

IBGE. **Estimativa Populacional em 2019**. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br>.

IBGE. Divisão Urbano Regional. **Regiões Imediatas de Articulação Urbana**, IBGE, 2013.

IBGE. **Censo Demográfico**, 2010. Disponível em < <http://www.ibge.gov.br> htm/>.

IBGE. **Regiões de Influência das Cidades - REGIC-2007**. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br>.

LACERDA, N. O campo do Planejamento Urbano e Regional: da multidisciplinaridade à transdisciplinaridade. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais/RBEUR** – v. 15, nº. 1. ANPUR: ISSN 1517-4115. MAIO 2013, p. 77-93.

LENCIONE, S. MetrÓpole, **Metropolização e Regionalização**. 1ª. ed. Rio de Janeiro: Conseqüência Editora. 2017.

LOPES, K. P. S. Uma Análise sobre a Institucionalização da Região Metropolitana de Feira de Santana (BA). **Caderno de Geografia**, v.27, n.51, 2017. ISSN 2318-2962.

MARICATO, E. As idéias fora do lugar e o lugar fora das idéias: planejamento urbano no Brasil. In: ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. (Org.). **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. Petrópolis: Vozes, 2002. p.121-192.

MIRANDA, L. I. B.; SILVA, E. M. ; SILVA, C. M. R. E. . Regiões Metropolitanas da Paraíba: Gestão, Caracterização e Processos de Implantação. **OCULUM ENSAIOS** (PUCCAMP), v. 15-1, p. 129-148, 2018.

MONTE-MÓR, R. L. M. Estado da arte na área do planejamento urbano e regional em sua articulação com a temática do desenvolvimento. In: NETO, A. M. Neto. (Org.). **Política externa, espaço e desenvolvimento**: Brasília: Ipea, 2014. 170 p. (Desenvolvimento nas Ciências Sociais: o Estado das Artes). p. 91-114.

MONTE-MÓR, R. L. M. Urbanização Extensiva e Economia dos Setores Populares. In: **O Brasil, a América latina e Mundo**: Espacialidades Contemporâneas (II). Org: Oliveira et al. Rio de Janeiro. Lamparina: Faperj, ANPEGE, 2008. p.130-146.

OLIVEIRA, M. F. M. O processo de formação de Montes Claros e da área mineira da SUDENE. In: OLIVEIRA, M. F. M.; RODRIGUES, L. (Org.). **Formação social e econômica do Norte de Minas**. Montes Claros: Editora UNIMONTES, 2000.

PEREIRA, A.M. **Cidade média e região**: o significado de Montes Claros no Norte de Minas Gerais. (Tese Doutorado em Geografia) – Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, 2007.

RODRIGUES, A. M. O espaço urbano e as estratégias de planejamento e produção da cidade. In: PEREIRA, E. M. (Org.). **Planejamento urbano no Brasil**: conceitos, diálogos e práticas. Chapecó: Argos, 2008. p.111-126.

RODRIGUES, A. M. Estatuto da Cidade: função social da cidade e da propriedade. Alguns aspectos sobre população urbana e espaço. **Cadernos Metrópole**, N. 12, pp. 9-25, 2004.

ROLNIK, R. Pactuar o território: desafio para a gestão de nossas cidades. **Princípios. Revista Teórica, Política de Informação**, 2008.

SANTOS, M. **A urbanização desigual**: a especificidade do fenômeno urbano em países subdesenvolvidos. Petrópolis, Vozes: 1982.

SANTOS, M. **O espaço dividido**: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. São Paulo: Edusp, 1979.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SANTOS, M. **A urbanização brasileira**. 5º ed. 2. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

SOARES, B. R. **Pequenas e médias cidades:** Um estudo sobre as relações socioespaciais nas áreas de cerrado em Minas Gerais. In: SPÓSITO, M. E. B. (Org.) *Cidades Médias: Espaços em transição*. São Paulo: Expressão Popular, 2007. p. 461-494.

SOUZA, M. L. **Mudar a cidade:** uma introdução crítica ao planejamento a gestão urbanos. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

SOUZA, M. L. Participação popular no planejamento e na gestão urbanos no Brasil: vinte anos de esforços, conquistas e tropeços (1986-2005). In: In: PEREIRA, E. M. (Org.). **Planejamento urbano no Brasil:** conceitos, diálogos e práticas. Chapecó: Argos, 2008b. p.215-224.

SOUZA, M. L.; RODRIGUES, G. B. **Planejamento urbano e ativismos sociais**. São Paulo: UNESP, 2004.

SPÓSITO, M. E. B. (Org.) **Cidades Médias:** Espaços em transição. São Paulo: Expressão Popular, 2007. p. 461-494.

VILLAÇA, F. **As ilusões do plano diretor**. 2005. Disponível em <https://www.revistas.usp.br/posfau/article/viewFile/43479/47101>.

VILLAÇA, F. Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil. In: DÉAK, C.; SCHIEFFER, S. R. **O processo de urbanização no Brasil**. São Paulo, SP: Edusp/Fupam, 1999. p.169-243.

Submetido em: maio de 2020.

Aceito em: agosto de 2020.